SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

COORDENAÇÃO NACIONAL Conlutas DE LUTAS

Quinta-feira 13 de maio de 2010 - 381 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222 5833

Greve avança em todo país

Todos à Assembleia Estadual nesta quinta-feira, às 15h, na JT/Barra Funda

Além de avaliar a 1ª semana de greve, assembleia vai eleger delegados para os congressos da Conlutas e de Unificação

Após uma semana da deflagração da Greve no Judiciário, os servidores seguem firmes na mobilização. Atos, passeatas e assembleias tem movimentado a categoria que está na luta pelo PCS e contra o congelamento salarial. Para a avaliar o movimento e definir os próximos passos da greve, será realizada Assembleia Estadual, nesta quinta-feira, dia 13, às 13h, na JT/Barra Funda.

Na capital continua crescendo a adesão na JT/Barra e TRF/JF. No interior, as informações repassadas pelos servidores é de que a greve também está cada vez maior. Os servidores de Minas Gerais, da JT da 15ª região e Paraíba entraram hoje na Greve, o que fortalece ainda mais o movimento. Na Câmara, o PL 6613 (PCS) está parado.



Foto Wladimir Aguiar

Greve do Judiciário se fortalece a cada dia

Segundo o presidente da Comissão de Trabalho, Alex Canzziani (PTB/SC), é preciso uma negociação entre o Judiciário e o governo para que o projeto volte a tramitar. "Estamos numa fase decisiva. Neste momento a força e unidade da categoria serão determinantes para garantir nossa vitória, pois o presidente Lula já disse que não vai dar o reajuste e nós vamos responder para ele com uma greve cada vez mais forte", disse o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui.

Congressos da Conlutas e de Unificação

Na assembleia de hoje, além de avaliar a força do movimento e os próximos passos da mobilização, os servidores tem outra importante tarefa: eleger os delegados que vão participar dos Congressos da Conlutas (3 a 4 de junho) e o de Unificação (5 e 6 de junho) e discutir as três teses defendidas por servidores do Judiciário.

"Esses congressos serão fundamentais para reorganização do movimento sindical no Brasil e o fortalecimento da luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos", avalia a diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo.

Oficiais de Justiça entram com força na greve

Nesta quarta-feira, dia 12, cerca de 100 oficiais de justiça da JF e TRF-3 decidiram por unanimidade entrar em greve, "uma decisão histórica", segundo Erlon Sampaio diretor do Sintrajud e coordenador do Núcleo de OJAFS da entidade. Ele pontua que a decisão demonstra um avanço político do segmento da categoria em relação aos PCSs anteriores. "Os OJFAs não vão retirar mandados nem comparecer aos plantões" destacou Erlon dizendo que a participação deste segmento do judiciário nas atividades da greve deve ser cada vez mais intensa.

O sindicalista também informa que os oficiais vão garantir um funcionamento mínimo para os mandados de urgência, "atendendo o mínimo legal". Erlon ainda diz que na próxima quarta-feira, dia 19 de maio, os oficiais se reunirão no auditório do Fórum Pedro Lessa, na av. Paulista.

Conheça algumas das principais organizações que constroem esse congresso

CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) - *Construindo uma organização classista e internacionalista.*

Origem: Em março de 2004, mais de 1.800 ativistas sindicais e de movimentos sociais se reuniram em no Encontro Nacional Sindical, em Luiziânia, GO. Esse encontro definiu um calendário de lutas contra a reforma sindical do governo Lula e deu o pontapé inicial para a criação da Conlutas.

Entre os dias 5 e 7 de maio de 2006 ocorreu o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) na cidade de Sumaré, SP. Com a presença de centenas de entidades e delegações de todo o Brasil, o CONAT reuniu quase 4000 delegados que representavam milhões de trabalhadores. Neste evento foi aprovado a oficialização da Conlutas como uma nova entidade.

INTERSINDICAL – *Instrumento de luta, unidade da classe e da construção de uma central*

Origem: No dia 04 de maio de 2006, na cidade de Campinas em São Paulo, trabalhadores de base e dirigentes de diversas categorias, reuniram-se para um debate sobre a crise vivida pelo conjunto do movimento sindical e para a discussão em torno da proposta de reconstrução da Ação e Organização Intersindical. Dessa reunião saiu o Manifesto Intersindical, que foi assinado por ativistas de diversas entidades sindicais, dando início à Intersindical.

MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto) – *Reforma Urbana já! Ocupar, resistir, construir! Vida longa á luta do povo pobre da periferia.*

Origem: Em 1997 o MST organizou uma marcha popular nacional até Brasília para discutir a implantação da Reforma agrária. Durante essa marcha, uma atividade realizada em Campinas iniciou a discussão sobre a questão urbana para além da questão agrária. No final de 97, o trabalho na ocupação urbana Parque Ociel, em Campinas, deu início à criação do movimento. No ano seguinte, em Guarulhos, o movimento foi criado.

Bandeiras do congresso

- Defesa do emprego e dos direitos sociais e trabalhistas
- Redução da jornada de trabalho sem redução salarial
- Defesa dos serviços públicos e da aposentadoria. Fim do fator previdenciário.
- Reforma agrária e reforma urbana.
- Petrobrás e Petróleo 100% estatais.
- Contra o modelo e a política econômica do governo Lula.
- Fim da criminalização das lutas e das organizações dos trabalhadores
- Em defesa do direito irrestrito de greve e manifestação.
- Liberdade e autonomia sindical. Direito de organização nos locais de trabalho.
- Não pagamento das dívidas interna e externa. Rompimento com o FMI
- Por uma sociedade socialista.

Em frente ao TRE, mais de 700 servidores exigem aprovação do PCS

Manifestação reúne servidores do Judiciário, Ibama, Incra e mostra ao governo Lula a força da greve.

A frente do Tribunal Regional Eleitoral, na rua Francisca Miquelina, foi tomada por servidores do Judiciário Federal na tarde desta quarta-feira, dia 12 de maio. Com apitos, cartazes, bandeiras e muita animação os servidores demonstraram que esta pode ser uma das greves mais fortes da história da categoria. Além de se manifestarem pela aprovação do PCS que tramita na Câmara; os servidores também comemoravam a vitória parcial contra o PLP 549/09, que foi rejeitado na Ctasp na manhã do dia 12.

O local do ato foi escolhido para dar força e ânimo aos servidores do eleitoral que estão passando por uma repressão muito forte, exercida pela administração e pela presidência. "Estamos aqui na defesa de vocês, até o final da nossa luta", disse a servidora da Justiça Trabalhista Vanessa Donatelli aos servidores do TRE. Ela destacou que a greve no maior fórum trabalhista do Brasil já atinge 90% de adesão.

A manifestação ainda contou com representantes de servidores do Incra, Ibama, Ipen (Instituto de Pesquisas Nucleares) e DRT em mobilização contra o congelamento salarial e também em luta por reajustes: "Contra a truculência do governo Lula, que não negocia, que corta o ponto dos servidores temos a nossa unidade e firmeza. Na luta vamos resistir a esses ataques", disse o servidor do Incra Helton Ribeiro. O diretor do Sindsef-SP Renato Benvenutti afirmou que a única resposta dos servidores ao governo Lula é a greve!

A diretora do Sintrajud e servidora do TRE, Maria Cecília, deu parabéns a todos os servidores pela adesão à greve, especialmente os servidores do eleitoral que estavam fazendo 24 horas de paralisação: "Não queremos que o congelamento passe, e ao mesmo tempo temos que ter uma greve forte para pressionar o executivo", afirmou.

Representando a Conlutas, José Maria de Almeida, o Zé Maria, denunciou que o governo Lula prefere pagar 380 bilhões de reais por ano aos banqueiros internacionais do que conceder reajustes dignos aos servidores e aposentados, "ele ainda por cima quer punir os trabalhadores que se mobilizam". "A melhor resposta ao governo Lula é a greve e a Conlutas estará com os servidores ajudando na construção dela", concluiu.

Foto Wladimir Aguiar



Servidores ocupam rua em frente ao TRE

Em nome da Intersindical falou Edson Carneiro, Índio, que ressaltou a importância de se discutir um projeto de Brasil, pois "não é admissível o governo Lula pagar bilhões aos banqueiros e não ter recursos para aumentar os salários dos servidores públicos".

Na avaliação do diretor de base do Sintrajud Cláudio Klein o ato foi muito positivo e demonstrou a disposição de luta dos servidores do Judiciário. Além disso, fortaleceu a mobilização dos TRE para enfrentar a repressão e, com certeza, servirá de exemplo aos servidores de todo o país a seguir lutando pela aprovação do PCS e contra congelamento de salários.

Servidores lotam Comissão e comemoram rejeição de projeto que congela salário

O projeto segue agora para Comissão de Finanças e Tributação. Servidores devem ampliar mobilização para "enterrar" de vez essa proposta

Sob pressão de centenas de servidores, que "ocuparam" a Comissão de Trabalho da Câmara (CTASP), os deputados rejeitaram o PLP 549/2009, que pode congelar os salários do funcionalismo por dez anos.

Os parlamentares aprovaram por unanimidade o parecer do relator Luiz Carlos Busato (PTB-RS), pela rejeição da proposta. Os servidores comemoram a decisão com gritos de "congelamento não". O Sintrajud enviou caravana a Brasília para, junto com os demais servidores, pressionar os parlamentares a votar contra o projeto.

Quase todos os manifestantes são de segmentos do funcionalismo que se encontram em greve. Os servidores do Judiciário Federal e do MPU, de vários estados do país, acompanharam a sessão e, além de defenderem a derrubada do PLP 549, cobraram dos deputados a aprovação do PL 6613/2009, referente à revisão do PCS, que não entrou na pauta. Segundo informações dos estados, a partir de hoje, a greve no Judiciário deve crescer e atingir, pelo menos, 18 estados do país.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquiades, Melqui, essa vitória foi fruto da pressão dos servidores que desde do início do ano estão se mobilizando para derrotar esse projeto. "A greve mostrou aos parlamentares que estamos dispostos a ir fundo na defesa dos nossos direitos e do serviço público", disse.

Segundo o diretor de base do Sintrajud em Santos Adilson Rodrigues, os servidores estão colhendo os frutos de sua mobilização e essa votação na CTASP vai fortalecer ainda mais a greve do Judiciário. Ele ressalta também, que o ato no dia 15 de abril, com mais de 2 mil servidores em Brasília, impulsionou a campanha contra o PLP 549 e mostrou a unidade do funcionalismo

Deputado diz que PLP 549/09 é "esdrúxulo"

Logo após a votação do PLP 549 pela Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara (Ctasp), o Jornal do Judiciário entrevistou por telefone o relator do projeto, deputado Luiz Carlos Busato (PTB/RS). Busato deu parecer contrário e foi seguido por todos os líderes de bancada que por unanimidade rejeitaram o projeto.

O que levou o senhor a dar o parecer contrário ao projeto?

Em primeiro lugar existem vários projetos tramitando na Casa que preveem a reestruturação de pessoal, esse projeto (549) vai na contramão de todos eles. Além disso, sou contra projeto linear. Para mim cada caso é um caso. Eu posso querer construir hospitais, universidades nos próximos anos e não poderia fazer isso porque o projeto determina que não se pode mexer no orçamento por tantos anos. E cria também duas categorias de servidores, pois uma pode ter reajuste (como servidores de Brasília) e outra não (Judiciário Federal). Portanto para mim esse projeto é esdrúxulo, não tem outro termo.

Não podemos esquecer também o PLP 01/07 que é cópia fiel do PLP 549, mas com um percentual de reajuste ainda menor 1,5%.

Entretanto, quero deixar claro que não sou contra limitação de despesas do Executivo. Acho que tem que limitar sim, mas de outra forma.

Como vice-líder do governo, o senhor recebeu pressão para dar parecer a favor do projeto?

Não houve pressão nenhuma. Assim que fui indicado relator fui lá no ministério do Planejamento e o ministro Paulo Bernardo disse que eu estava livre para votar de acordo com minha consciência. Caso contrário abriria mão da relatoria, mas não poderia votar a favor desse projeto.

O PLP 549 foi rejeitado por unanimidade na Ctasp, o senhor acha que deve acontecer a mesma coisa na comissão de Finanças e Tributação, que é para onde ele segue agora?

Não dá para saber. A comissão de Finanças também analisa o mérito e é específica de despesa. Esse projeto ainda tem mais dois caminhos a seguir. Depois que passar pela Comissão de Finanças vai para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e depois para o plenário. Acredito que tudo vai depender da repercussão na mídia e da força dos servidores.



Deputado Busato